

ARTIGO

Junji Abe

Desafio da superação

O lançamento do pacote anti-corrupção, com foco na redução da impunidade – tão alardeado na campanha eleitoral –, é uma ferramenta importante (e tardia) para o governo começar a responder, com um mínimo de respeito, ao clamor das ruas, que ecoou por todo o País. É apenas um dos dispositivos. A Nação carece demais das reformas político-partidária, tributária, previdenciária e trabalhista, entre outras para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Reputo a reforma político-partidária como carro-chefe. Estamos na contramão da lógica, coerência e bom senso. Na maioria absoluta das nações democráticas, com eleições livres e soberanas, não existem mais do que três ou quatro partidos políticos. Aqui, são 32 e devemos chegar a 36 neste ano. Pior, todos vivendo com dinheiro do Fundo Partidário, que advém de impostos recolhidos do trabalho e suor da população.

A inadiável reforma política precisa incluir a existência de cinco partidos, no máximo; a coincidência das eleições para evitar que o País pare a cada dois anos; mandatos de cinco anos; voto distrital misto; proibição de coligações partidárias nas disputas majoritárias e proporcionais; regulamentação rigorosa do financiamento público ou privado de campanha, direcionado só aos partidos políticos; e o fundamental: extinção imediata da reeleição para

cargos majoritários (presidente, senador, governador e prefeito).

O instituto da reeleição me parece o mais perverso. O gestor público que tenta a reeleição tem a seu favor o peso inequívoco da caneta. Foi beneficiado pela possibilidade da reeleição. Tanto, que fui reeleito prefeito de Mogi das Cruzes (Grande São Paulo), Cidade que tive a honra de administrar por oito anos seguidos, de 2001 a 2008.

Posso afirmar que, por melhor intencionado e coerente que seja, o governante focado na reeleição pensa em agradar para vencer, adiando a adoção de medidas necessárias, se elas têm perfil impopular.

Uma profunda reforma político-partidária ajudará a neutralizar o risco de políticas inadequadas, fruto da cobiça e luta obcecada por projeto tão somente pelo poder; não por projeto de estado. Ninguém mais confundiria cargos eletivos com profissão, pois desempenhar a função pública eletiva é essencialmente um sacerdócio.

Vale frisar que nenhuma gestão pública avança com emoção, mas sim com criterioso planejamento de curto, médio e longo prazos. É preciso responder aos brasileiros com eficiência, agilidade e justiça. Só assim, poderemos vencer o desafio da superação dos problemas.

Junji Abe é ex-prefeito e ex-deputado federal